



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

**PARECER**

*APROVADO POR UNANIMIDADE  
em 13/05/2019  
[assinatura]*

Ref. Indicação nº 033/2019

Relator: André França Barreto

Matéria: PL nº 3787/2019. Inclusão de prestadores de serviços de advocacia no rol do art. 9º da Lei de Lavagem de Dinheiro. Criminalização do recebimento de honorários por advogados. Obrigação do advogado de reportar atividades do cliente.

EMENTA: Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (lei dos crimes de lavagem de dinheiro), para incluir o rol de seu art. 9º os prestadores de serviços de advocacia, bem como altera o código penal, introduzindo o § 3º - a em seu art. 180, E altera o código de processo penal, introduzindo o § 3º em seu art. 330.



## INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

### PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL

Excelentíssima Doutora Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros,

Trata-se de Projeto de Lei (PL nº 3787/2019) da autoria da Deputada Federal Bia Kicis, cujo escopo se afivela à inclusão, no rol do artigo 9º da Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais), dos prestadores de serviços de advocacia.

#### EPÍTOME NECESSÁRIO.

Impende seja inicialmente perscrutada, ainda que em contornos incipientes, a historicidade acerca da sólita e insistente temática, bem como **sobrelevar determinados aspectos que**, curialmente escamoteados, *data maxima venia*, motivam o malfado projeto parlamentar.

Isto porquanto, o percurso do Brasil moderno<sup>1</sup>, à mingua de *persistência* e *durabilidade* democrática, de maneira a instilar, vez por outras, a sedução ao autoritarismo, afigurou uma sociedade **paradoxalmente** patológica.

Os significativos avanços experimentados nas últimas décadas, nas áreas tecnológica, econômica e mesmo acadêmica, de alguma forma, não são acompanhados pela progressão da concepção social acerca da democracia.

<sup>1</sup> À luz da classificação internacional acerca da realidade social, econômica e cultural vigente no mundo, em alusão à ordem política e à organização das nações.



## **INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**

### **PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Verifica-se, cá e alhures do território nacional, a toda evidência, **abjetas condutas** reveladoras do laivo de autoritarismo que se plasmou na nossa genética social.

Tal nódoa, decerto, não se qualifica como indelével.

E, por isso, coligem-se, ainda que em trincheiras, aqueles que vicejam o brado por igualdade; aqueles que instrumentalizam o processo penal ao desiderato da garantia à dialética realizadora da justiça restaurativa<sup>2</sup>.

Não se olvidará, muito embora inoportuno seja, neste momento, o aprofundamento crítico acerca do tema, que o ponto nevrálgico a requerer o devido debruçamento teórico se situa na gênese, no supedâneo à formulação de tais projetos parlamentares.

Em outras palavras.

É sintomático que as propostas de Leis dessa natureza sejam amiúde apresentadas na Casa Legislativa. **Não são fatos isolados.** Esta não é a primeira. E, ao que parece, não está perto de ser a última.

---

<sup>2</sup> Paul Ricoeur e Hannah Arendt.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Desde a promulgação da Carta cidadã, nos idos de 1988, jamais estivemos tão distantes da democracia.

Urge, portanto, que conclamemos, aos quatro cantos, os demais paladinos do Estado Democrático de Direito, os arautos da Constituição, para que, arrostando as intemperes e os enlços envidados por numeroso séquito, sagre-se vencedor o direito individual à liberdade, nas suas mais variadas previsões.

Somente “escancarando-se as janelas” da República, se engendrará forcejo ao confinamento medíocre, **intelectual e humano**, no qual se impingiu significativa parcela da população brasileira.

Antes disso não será possível cessar a propositura dos projetos de Lei, tal qual o ora analisado, de baixa densidade democrática.

É aviltante que os erigidos ao posto máximo de representação popular e, consecutivamente, consolidador da República, espaço este conquistado ao sacrifício de tantos que nos antecederam, atentem escandalosamente contra a natureza ontológica da própria função.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

**PROJETO DE LEI. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**  
**BREVE SÍNTESE.**

A detida análise da exposição de motivos do projeto em comento aponta a necessidade de alargar o taxativo rol do artigo 9º, da Lei 9.613/98, a fim de abranger os advogados e as sociedades de advocacia.

Alega, para tanto, se tratar de **grupo muito suscetível** ao recebimento de recursos financeiros, a título de honorários contratuais e advocatícios, oriundos de atividades ilícitas.

Nesse contexto, a justificação apresentada afirma que é fato público e notório que há um extenso rol de clientes, predominantemente réus em ações penais, cujos recursos notadamente lastreiam-se em fontes ilícitas, e que, ainda assim, prestam-se a custear os **vultosos** honorários advocatícios.

Estes clientes seriam, em especial, traficantes, assaltantes de bancos e transportes de valores, assaltantes de cargas, envolvidos em corrupção na Administração Pública, em crimes de colarinho branco, nas inúmeras operações policiais que assolaram e assolam o Brasil (Lava Jato, Mensalão, Petrolão, Bingos etc.), parlamentares, funcionários estatais e servidores públicos.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

De acordo com a Parlamentar, “é evidente que esses recursos, de origem ilícita, constituem manifesta ‘lavagem de dinheiro’”. Afinal, este tipo de injusto penal contempla qualquer benefício de natureza econômica.

Aduz, ainda, a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime organizado transnacional, promulgada por meio do Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.

Confira-se:

“1. Cada Estado Parte: a) Instituirá um regime interno completo de regulamentação e controle dos bancos e instituições financeiras não bancárias e, quando se justifique, de outros organismos especialmente susceptíveis de serem utilizados para a lavagem de dinheiro, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de lavagem de dinheiro, sendo nesse regime enfatizados os requisitos relativos à identificação do cliente, ao registro das operações e à denúncia de operações suspeitas.”.

Assim, nos termos da Convenção, não haveria quaisquer justificativa que isente os advogados de prestar informações ao COAF, acerca dos valores recebidos a título de honorários, sob pena de responsabilização criminal.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

A fundamentação aponta, em seguida, dentre outras, a representação do Procurador Regional da República, Dr. Manoel Pastana, em maio de 2014, encaminhada ao Ministério Público Federal, que requereu investigação sobre a origem do dinheiro pago pelo empresário Carlinhos Cachoeira a seu advogado, Márcio Thomaz Bastos.

“É que o cliente do representado não ostenta renda lícita, que justifique o pagamento de honorários de um advogado em início de carreira, a fortiori de um causídico do nível do ex-ministro da Justiça, que, segundo **divulgado na imprensa**, teria cobrado 15 milhões de reais a título de honorários advocatício.

O recebimento dos honorários em tais circunstâncias é ilegal, por configurar, em tese, ilícito penal, conforme se verá a seguir. Cachoeira não tem renda lícita para justificar legalmente pagamento de honorários de advogado famoso.

Estar-se-á permitindo, em tese, que Cachoeira tire proveito do produto do crime, e os recursos sujos ingressem no patrimônio do representado e passem a circular como capitais limpos, ganhos em atividade regular de advocacia, o que, a toda evidência, não é, porquanto salta aos olhos que o seu cliente não tem condições financeiras de pagar honorários, ainda que pequenos, com recursos legais.



## **INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**

### **PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

O objetivo é provocar o titular da ação penal a agir no sentido de aferir se os honorários pagos, que, segundo divulgado na imprensa, estariam cifrados em milhões de reais, são oriundos de fontes lícitas. Isso porque as condições do cliente indicam às escâncaras que provêm de fontes ilegais. Sendo de fontes ilícitas, o representado estaria, em tese, incurso, ou no tipo incriminador que penaliza o delito de lavagem de dinheiro.”.

Segundo a Deputada, conforme a lei americana, o advogado possuiu **o dever**, ou uma **responsabilidade moral**, de investigar se os recursos usados para pagar os honorários advocatícios estão maculados.

E essa negligência pode resultar na responsabilização do advogado, ou ainda, no bloqueio ulterior de honorários advocatícios pagos por meio de recursos de origem ilícita, amparado no 21 U.S. Code § 853.

Afirma, então, que nos Estados Unidos, há potencial possibilidade de o advogado ser processado penalmente por lavagem nas hipóteses de recebimento de honorários advindos de atividades sabidamente ilícitas, de modo que, ao menos por preocupação, **advogados melhor cumpririam** seu dever se realizassem ampla investigação para determinar a fonte dos fundos de cada potencial cliente a fim de minimizar o risco de se tornar réu em matéria criminal.





**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Por fim, a Deputada Federal Bia Kicis, na sua justificação, lembra que todas as vezes que este assunto foi discutido no Congresso Nacional houve um poderoso lobby da Ordem dos Advogados do Brasil para rejeição ou arquivamento dos projetos de lei apresentados.

A Deputada defende que os argumentos apresentados como “cerceamento do direito de defesa” e “obstrução do exercício profissional” são desculpas capciosas e risíveis, caracterizando uma “farra vergonhosa” e “criminosa” de recursos ilícitos sendo escancaradamente lavados na forma de honorários advocatícios, inclusive utilizados para fins de fiança.

Em consulta ao site da Câmara dos Deputados é possível identificar que este Projeto de Lei nº encontra-se em andamento e foi apensado ao PL nº 1194/2019. Este está apensado ao PL nº 1065/2019.

O PL nº 1194/2019 inclui, no crime de receptação qualificada, o exercício de atividade profissional; insere as pessoas físicas ou jurídicas que promovam postulação a qualquer órgão do Poder judiciário, bem como as que exerçam as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas, no rol do art. 9º da Lei nº 9.613/1998.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

O PL nº 1065/2019 altera a Lei nº 8.479/92, (Lei de Improbidade Administrativa), o Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), a Lei nº 7.492/86 (Lei do Colarinho Branco), e a Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para determinar que, em ações de improbidade administrativa e em ações penais por crimes contra a administração pública, contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro, **o réu comprove a origem lícita** dos recursos utilizados no pagamento de honorários advocatícios. Situação atual: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

**É o relatório.**

Para além das introitas considerações deste parecer, sobrelevam-se tantas outras em elastério de coro uníssono.

Rememora-se que, após a concretização do Contrato social, os indivíduos constataram que aquele a quem se destinou a concentração e a exclusividade da tutela jurisdicional usurpou o Poder em detrimento do benefícios dos demais.

Séculos foram consumidos, em devastadora luta de classes, no afã de mitigar o poder absolutista.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Ao fim e ao cabo, no Brasil, a Constituição Federal, promulgada em 1988, é o produto, o corolário da vitória de todos contra o autoritarismo.

Adotando-se a separação dos poderes como instrumento de freios e contrapesos, se estabeleceu que aquele poder que outrora se concentrara nas mãos de um, ou de poucos, agora seria exercido de maneira descentralizado, mitigado e fiscalizado.

E mais.

Atribui-se, agora, **ao povo**, através dos seus representantes diretamente escolhidos, a incumbência de formular as Leis ordenadoras da sociedade.

Significa dizer que, se outrora não havia limites ao poder exercido pelo soberano, a assunção dos indivíduos ao Parlamento garantiu a estruturação de um ordenamento jurídico capaz de estipular, **previamente**, os tipos de injustos penais, a forma da sua devida aplicação e execução.

Reféns do alvedrio e dissabores do soberano, a história é depositária dos nefastos e desmesurados laivos, efeitos decorrentes da apenação dos indivíduos ao arrimo das fugidias fundamentações e estapafúrdias motivações.



## **INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**

### **PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Desta monta, erigiu-se, como cediço, instrumentário regulatório, notadamente, as Leis de tipificação penal e da execução da pena imposta.

Tem-se, portanto, que o Código Penal, e todo o arcabouço a ele agregado, constitui-se em prerrogativa – *garantia* – do indivíduo ante a atuação do Estado soberano.

A constitucionalização do ordenamento jurídico pátrio, estabeleceu estamentos principiológicos capazes de orientar, na figura do **ser humano**, a finalidade e o propósito do Estado.

Constatou-se, no entanto, que todas essas garantias, embora previstas nos textos das Leis, em grande parte, de aplicação inócua, haja vista o desconhecimento de significativa parcela da população sequer da existência de tais direitos, muito menos de como se daria a sua efetivação.

Não por outro motivo, a Constituição Federal Brasileira expressamente preveja, em seu artigo 133, a indispensabilidade do advogado na administração da Justiça<sup>3</sup>.

Dito de outra maneira.

---

<sup>3</sup> Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

A última fronteira do indivíduo não é a Lei, mas o advogado.

A **vocação do causídico** surge em resposta ao anseio do povo em se defender do arbítrio punitivista, da sanha comumente verificada naqueles que experimentam o poder.

De um lado ergue-se o farto instrumentário bélico de punição; na outra ponta, ainda que entrincheirados, o réu e o seu procurador.

A verificação dessa dicotomia asfixiante à República fez com que o Parlamento disponibilizasse, na tentativa de equilibrar esta relação, medidas de paridade de armas.

Municiou, para tanto, o indivíduo com a previsibilidade efetiva da ampla defesa, do contraditório, da presunção de inocência e tantas outras regras e normativas ao desiderato de que a Justiça fosse alcançada.

Somente um processo devidamente justo será capaz de restaurar o esgarçamento/ruptura do tecido social vilipendiado com o cometimento do delito.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Decerto, o advogado se consubstancia como indispensável à Justiça, na medida em que se deposita nele o *munus* vocacional de se erguer ao lado do seu constituinte.

Ante o Estado-juiz e ao Estado-acusador, que vez por outras se confundem, da tribuna erige-se o próprio defendido, presentificado na pessoa do seu advogado.

Em verdade, a relação entre o **outorgado** e o **outorgante** é de tamanha confiança que o legislador pátrio, igualmente atento, previu, na violação do segredo profissional, uma conduta de repúdio a ser rechaçada e ilidida da sociedade.<sup>4</sup>

O advogado, no exercício das suas atividades profissionais, **exclusivamente em razão da confiança depositada pelo cliente**, recebe informações, seja para fins de consultoria ou emissão de pareceres e aconselhamentos.

---

<sup>4</sup> Art. 154 - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.



## INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

### PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL

Exigir sejam elas tornadas públicas, fulminaria, a uma só vez, o direito a não auto incriminação, à quebra da confiança, ao desmoronamento do acesso a uma defesa técnica e efetiva<sup>5</sup>.

Por tal motivo, a Diretiva 2001/97/ CE da Comunidade Europeia, expressamente dispõe, em seu item 17, que o advogado em atividade de consultoria jurídica ou representação judicial administrativa **está exonerado** da obrigação de comunicação, ao arrimo do seu dever de sigilo.

DIRECTIVA 2001/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de dezembro de 2001.

(17) Todavia, sempre que membros independentes de profissões que prestam consulta jurídica, legalmente reconhecidas e controladas, **tais como os advogados**, determinem a situação jurídica de um cliente ou representem um cliente no âmbito de um processo judicial, **não seria adequado**, ao abrigo da directiva, impor a esses profissionais forenses, a respeito dessas actividades, uma **obrigação de notificarem** as suas suspeitas relativas a operações de branqueamento de capitais.

<sup>5</sup> Súmula 523, STF - No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Há que exonerar de qualquer obrigação de declaração as informações obtidas antes, durante ou depois do processo judicial, ou no processo de determinação da situação jurídica por conta do cliente.

Por conseguinte, a consulta jurídica **permanece sujeita** à obrigação de segredo profissional, excepto se o consultor jurídico participar em actividades de branqueamento de capitais, se a consulta jurídica for prestada para efeitos de branqueamento de capitais ou se o advogado souber que o cliente pede aconselhamento jurídico para efeitos de branqueamento de capitais.

No mesmo sentido, o Estatuto da Ordem do Advogados de Portugal assevera, em seu artigo 92º, que “o advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços, designadamente:

Em parecer emitido pela referida Ordem de advogados, em 21 de março de 2013, assentou-se que





## **INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**

### **PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

1- Os advogados, em circunstância alguma, deverão ficar sujeitos a qualquer dever de comunicação e de informação à Unidade de Informação Financeira (UIF) ou a qualquer outra entidade, ainda que através do Bastonário da respectiva Ordem, sobre quaisquer factos que lhes tenham sido revelados pelos respectivos clientes e que, de forma directa ou indirecta, possam ter por objecto actos ou operações de branqueamento de capitais e/ou de financiamento do terrorismo, sob pena de, por via do Direito Comunitário, se violar uma das garantias fundamentais de um Estado Direito Democrático que não pode prescindir do dever de segredo profissional imposto aos advogados para assegurar a confiança dos cidadãos e a defesa dos seus direitos e liberdades fundamentais e dessa forma garantir a boa administração da justiça, através de um processo justo e equitativo.

Tal posicionamento é seguido por outras cortes, tais como o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, segundo o qual<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup> Michaud v. França, acórdão de 6 de dezembro de 2012, §§ 118-119.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

O advogado é um profissional que, numa sociedade democrática, defende litigantes e não poderá realizar eficazmente essa tarefa essencial se não puder garantir a seus clientes que toda a comunicação e informação que obtenha a respeito do caso estará coberta pelo sigilo profissional. Portanto, é a relação de confiança entre eles, essencial para a realização dessa missão, que está em jogo, mas indiretamente, com certeza, é o direito de todos a um julgamento justo, incluindo o direito de as pessoas acusadas não se incriminarem.

Diferentemente do apontado por sua Excelência, a Parlamentar relatora, a corte americana se posiciona, igualmente, no sentido de

“A prerrogativa entre advogado-cliente está entre as garantias mais antigas, estabelecidas e conhecidas pelo direito anglo-saxão e muito especialmente no direito norte-americano. Esse privilégio permite que os clientes se comuniquem livremente com a assessoria jurídica, sem se preocuparem com a divulgação por meio de descoberta do Estado, ou a sua utilização em julgamento.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

Aliás, no conhecido caso *Swidler & Berlin v. United States*, 524 U.S. 399 (1998), a Suprema Corte norte-americana considerou que essa garantia de sigilo entre o advogado e o cliente (*attorney-client privilege*) se mantém mesmo depois da morte do cliente.”<sup>7</sup>.

Por fim, apenas para citar mais uma referência, invoca-se o entendimento firmado pelo Código de Processo Penal Alemão (StPO), que garante o sigilo profissional decorrente da relação entre advogados e clientes.

No §53, 3, do StPO, estabelece-se que é legítima a recusa (*Verweigerung*) em testemunhar, dentre outros, o advogado (*Reschtsanwalt*) sobre o que, nessa condição, a eles foi confiado, ou que tenha chegado ao seu conhecimento.

Outrossim, o artigo 160A, do StPO estabelece que **nenhuma medida de investigação (*Ermittlungsmaßnahme*) poderá ser adotada contra o advogado.**

<sup>7</sup> TRF 1 – Desembargador Federal Néviton Guedes, Processo nº. 1000399-80.2019.4.01.0000, em 28 de fevereiro de 2019.



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO PENAL**

**CONCLUSÃO**

Diante da flagrante inconstitucionalidade, bem como em se consubstanciar em ato atentatório ao Estado Democrático de Direito, ante as fundamentações e as razões supra aduzidas, opina-se seja o referido projeto de Lei devidamente rechaçado pela sua não aprovação.

Outrossim, parece-nos adequado seja oficiada a Ordem dos Advogados do Brasil, sob as recomendações para adoção das medidas objurgatórias pertinentes, diante do sobejado exercício parlamentar, ao, em ilações e e conjecturas inaceitáveis, imputar, a numerosos membros desta classe, a prática de ilícitos penais.

É o que parece.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2019.

  
**André França Barreto**

Membro efetivo da Comissão Permanente de Direito Penal do  
Instituto dos Advogados Brasileiro